



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Tramitado em Sessão

☒ Aprovado

☐ Rejeitado

REQUERIMENTO Nº 75/2019

Assunto: Ao Excelentíssimo Deputado Federal Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando seu empenho no sentido de que os Guardas Civis Municipais sejam contemplados com aposentadoria especial na PEC da Previdência.

REQUEREMOS ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades regimentais, seja oficiado ao Excelentíssimo Deputado Federal Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando seu empenho no sentido de que os Guardas Civis Municipais sejam contemplados com aposentadoria especial na PEC da Previdência.

Vimos respeitosamente, por meio deste documento, solicitar que seja viabilizada a possibilidade de acrescentar as Guardas Municipais, Órgãos de Segurança Pública Municipal, na PEC da Previdência, para aposentadoria especial como atividade de risco, por meio de emenda dos parlamentares.

As Guardas Municipais estão incluídas na Constituição Federal, no Capítulo de Segurança Pública, parágrafo 8º do artigo 144, com regulamentação pela Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 - Estatuto Geral das Guardas Municipais, a qual disciplina as atribuições na garantia da segurança pública e o poder de polícia desses importantes órgãos.

Hoje, as Guardas Municipais também estão no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) como Órgãos Operacionais de Segurança Pública, constituindo-se como dever dos Municípios no que se refere à garantia da segurança.

O parágrafo 7º do artigo 144 da Constituição Federal dispõe que a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. Tal regulamentação também se deu por meio da Lei Federal nº 13.675, de 11 junho de 2018 (SUSP) e do Decreto Federal nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, incluindo os Municípios e as Guardas Municipais no Plano Nacional de Segurança Pública.



Requerimento nº 75/2019 – Vereador Fernando da Ótica Original - fls. 2/3

A atividade policial das Guardas Municipais é de risco, haja vista que a grande maioria desses órgãos, no Brasil, realiza policiamento preventivo, policiamento escolar, Ronda Maria da Penha, fiscalização e policiamento de trânsito municipal, atendimento de ocorrências de perturbação do sossego e prevenção do crime; tendo, ainda, o monopólio do uso moderado da força do Estado, delegado pela Lei Federal nº 13.022/2014, na utilização de arma de fogo e de equipamentos complementares de menor potencial ofensivo no uso moderado da força policial e formação e capacitação profissional específicas para Guardas Municipais em Atividade de Segurança Pública, seguindo a grade curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e obedecendo os requisitos para o cargo de Policial da GCM, diferenciado de outros servidores públicos civis pela complexidade e peculiaridade do cargo de Agente de Segurança Pública Municipal, onde fica exposto ao risco de morte, de lesão física e da dignidade da pessoa humana.

O tamanho risco reflete-se no fato de que os guardas atuam diretamente no confronto contra atos ilícitos e de prevenção ao crime.

As Guardas Municipais foram incluídas no homicídio funcional contra os Agentes de Segurança Pública, com a inserção do inciso VII ao parágrafo 2º do artigo 121 do Código Penal Brasileiro, criando mais uma modalidade qualificada, na hipótese da prática de homicídio contra autoridade ou agente descritos nos artigos 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do Sistema Prisional, da Força Nacional de Segurança Pública e Guardas Municipais, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.

Hoje, aproximadamente, o efetivo das Guardas Municipais em todo Brasil é de 130.000 (cento e trinta mil), perdendo apenas para os efetivos das Polícias Militares que atuam no território nacional.

Os Municípios têm suas previdências de aposentadoria próprias, podendo regulamentar a aposentadoria especial dos integrantes da Segurança Pública Municipal, mas, por questão orçamentária, não regulamentam, sendo muito importante tal regulamentação na Constituição Federal, para garantia da segurança jurídica da categoria.



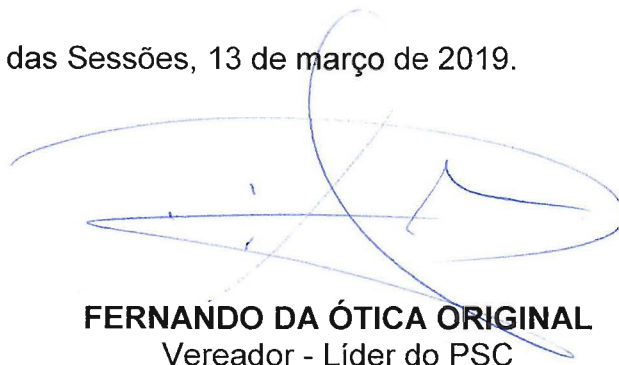
Requerimento nº 75/2019 – Vereador Fernando da Ótica Original - fls. 3/3

Na Carta Magna, **ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**, artigo 11, consta que cada Assembleia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta. Em seu parágrafo único, aponta que, promulgada a Constituição do Estado, caberá à Câmara Municipal, no prazo de seis meses, votar a Lei Orgânica respectiva, em dois turnos de discussão e votação, respeitado o disposto na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

Entendendo, portanto, que as Lei Municipais devem estar de acordo com os mandamentos da Constituição Federal, como citado no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, apresentamos esta importante solicitação, cujo atendimento é de suma importância para a área de segurança pública.

Assim sendo, mui respeitosamente recorremos à compreensão e aos préstimos do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados e, antecipando agradecimento pela atenção dispensada, subscrevemos.

Sala das Sessões, 13 de março de 2019.



FERNANDO DA ÓTICA ORIGINAL
Vereador - Líder do PSC



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Tramitado em Sessão

☒ Aprovado

☐ Rejeitado

REQUERIMENTO Nº 76/2019

Assunto: Ao Excelentíssimo Deputado Federal Júnior Bozzella, solicitando seu empenho no sentido de que os Guardas Civis Municipais sejam contemplados com aposentadoria especial na PEC da Previdência.

REQUEREMOS ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades regimentais, seja oficiado ao Excelentíssimo Deputado Federal Júnior Bozzella solicitando seu empenho no sentido de que os Guardas Civis Municipais sejam contemplados com aposentadoria especial na PEC da Previdência.

Vimos respeitosamente, por meio deste documento, solicitar que seja viabilizada a possibilidade de acrescentar as Guardas Municipais, Órgãos de Segurança Pública Municipal, na PEC da Previdência, para aposentadoria especial como atividade de risco, por meio de emenda dos parlamentares.

As Guardas Municipais estão incluídas na Constituição Federal, no Capítulo de Segurança Pública, parágrafo 8º do artigo 144, com regulamentação pela Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 - Estatuto Geral das Guardas Municipais, a qual disciplina as atribuições na garantia da segurança pública e o poder de polícia desses importantes órgãos.

Hoje, as Guardas Municipais também estão no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) como Órgãos Operacionais de Segurança Pública, constituindo-se como dever dos Municípios no que se refere à garantia da segurança.

O parágrafo 7º do artigo 144 da Constituição Federal dispõe que a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. Tal regulamentação também se deu por meio da Lei Federal nº 13.675, de 11 junho de 2018 (SUSP) e do Decreto Federal nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, incluindo os Municípios e as Guardas Municipais no Plano Nacional de Segurança Pública.



Requerimento nº 76/2019 – Vereador Fernando da Ótica Original - fls. 2/3

A atividade policial das Guardas Municipais é de risco, haja vista que a grande maioria desses órgãos, no Brasil, realiza policiamento preventivo, policiamento escolar, Ronda Maria da Penha, fiscalização e policiamento de trânsito municipal, atendimento de ocorrências de perturbação do sossego e prevenção do crime; tendo, ainda, o monopólio do uso moderado da força do Estado, delegado pela Lei Federal nº 13.022/2014, na utilização de arma de fogo e de equipamentos complementares de menor potencial ofensivo no uso moderado da força policial e formação e capacitação profissional específicas para Guardas Municipais em Atividade de Segurança Pública, seguindo a grade curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e obedecendo os requisitos para o cargo de Policial da GCM, diferenciado de outros servidores públicos civis pela complexidade e peculiaridade do cargo de Agente de Segurança Pública Municipal, onde fica exposto ao risco de morte, de lesão física e da dignidade da pessoa humana.

O tamanho risco reflete-se no fato de que os guardas atuam diretamente no confronto contra atos ilícitos e de prevenção ao crime.

As Guardas Municipais foram incluídas no homicídio funcional contra os Agentes de Segurança Pública, com a inserção do inciso VII ao parágrafo 2º do artigo 121 do Código Penal Brasileiro, criando mais uma modalidade qualificada, na hipótese da prática de homicídio contra autoridade ou agente descritos nos artigos 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do Sistema Prisional, da Força Nacional de Segurança Pública e Guardas Municipais, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.

Hoje, aproximadamente, o efetivo das Guardas Municipais em todo Brasil é de 130.000 (cento e trinta mil), perdendo apenas para os efetivos das Polícias Militares que atuam no território nacional.

Os Municípios têm suas previdências de aposentadoria próprias, podendo regulamentar a aposentadoria especial dos integrantes da Segurança Pública Municipal, mas, por questão orçamentária, não regulamentam, sendo muito importante tal regulamentação na Constituição Federal, para garantia da segurança jurídica da categoria.



Requerimento nº 76/2019 – Vereador Fernando da Ótica Original - fls. 3/3

Na Carta Magna, **ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**, artigo 11, consta que cada Assembleia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta. Em seu parágrafo único, aponta que, promulgada a Constituição do Estado, caberá à Câmara Municipal, no prazo de seis meses, votar a Lei Orgânica respectiva, em dois turnos de discussão e votação, respeitado o disposto na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

Entendendo, portanto, que as Lei Municipais devem estar de acordo com os mandamentos da Constituição Federal, como citado no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, apresentamos esta importante solicitação, cujo atendimento é de suma importância para a área de segurança pública.

Assim sendo, mui respeitosamente recorremos à compreensão e aos préstimos do Excelentíssimo Deputado Federal Júnior Bozzella e, antecipando agradecimento pela atenção dispensada, subscrevemos.

Sala das Sessões, 13 de março de 2019.



FERNANDO DA ÓTICA ORIGINAL
Vereador - Líder do PSC



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

RC

Tramitado em Sessão

☒ Aprovado

☐ Rejeitado

REQUERIMENTO Nº 77/2019

Assunto: Ao Excelentíssimo Deputado Federal Gilberto Nascimento, solicitando seu empenho no sentido de que os Guardas Civis Municipais sejam contemplados com aposentadoria especial na PEC da Previdência.

REQUEREMOS ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades regimentais, seja oficiado ao Excelentíssimo Deputado Federal Gilberto Nascimento solicitando seu empenho no sentido de que os Guardas Civis Municipais sejam contemplados com aposentadoria especial na PEC da Previdência.

Vimos respeitosamente, por meio deste documento, solicitar que seja viabilizada a possibilidade de acrescentar as Guardas Municipais, Órgãos de Segurança Pública Municipal, na PEC da Previdência, para aposentadoria especial como atividade de risco, por meio de emenda dos parlamentares.

As Guardas Municipais estão incluídas na Constituição Federal, no Capítulo de Segurança Pública, parágrafo 8º do artigo 144, com regulamentação pela Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 - Estatuto Geral das Guardas Municipais, a qual disciplina as atribuições na garantia da segurança pública e o poder de polícia desses importantes órgãos.

Hoje, as Guardas Municipais também estão no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) como Órgãos Operacionais de Segurança Pública, constituindo-se como dever dos Municípios no que se refere à garantia da segurança.

O parágrafo 7º do artigo 144 da Constituição Federal dispõe que a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. Tal regulamentação também se deu por meio da Lei Federal nº 13.675, de 11 junho de 2018 (SUSP) e do Decreto Federal nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, incluindo os Municípios e as Guardas Municipais no Plano Nacional de Segurança Pública.



Requerimento nº 77/2019 – Vereador Fernando da Ótica Original - fls. 2/3

A atividade policial das Guardas Municipais é de risco, haja vista que a grande maioria desses órgãos, no Brasil, realiza policiamento preventivo, policiamento escolar, Ronda Maria da Penha, fiscalização e policiamento de trânsito municipal, atendimento de ocorrências de perturbação do sossego e prevenção do crime; tendo, ainda, o monopólio do uso moderado da força do Estado, delegado pela Lei Federal nº 13.022/2014, na utilização de arma de fogo e de equipamentos complementares de menor potencial ofensivo no uso moderado da força policial e formação e capacitação profissional específicas para Guardas Municipais em Atividade de Segurança Pública, seguindo a grade curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e obedecendo os requisitos para o cargo de Policial da GCM, diferenciado de outros servidores públicos civis pela complexidade e peculiaridade do cargo de Agente de Segurança Pública Municipal, onde fica exposto ao risco de morte, de lesão física e da dignidade da pessoa humana.

O tamanho risco reflete-se no fato de que os guardas atuam diretamente no confronto contra atos ilícitos e de prevenção ao crime.

As Guardas Municipais foram incluídas no homicídio funcional contra os Agentes de Segurança Pública, com a inserção do inciso VII ao parágrafo 2º do artigo 121 do Código Penal Brasileiro, criando mais uma modalidade qualificada, na hipótese da prática de homicídio contra autoridade ou agente descritos nos artigos 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do Sistema Prisional, da Força Nacional de Segurança Pública e Guardas Municipais, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.

Hoje, aproximadamente, o efetivo das Guardas Municipais em todo Brasil é de 130.000 (cento e trinta mil), perdendo apenas para os efetivos das Polícias Militares que atuam no território nacional.

Os Municípios têm suas previdências de aposentadoria próprias, podendo regulamentar a aposentadoria especial dos integrantes da Segurança Pública Municipal, mas, por questão orçamentária, não regulamentam, sendo muito importante tal regulamentação na Constituição Federal, para garantia da segurança jurídica da categoria.



Requerimento nº 77/2019 – Vereador Fernando da Ótica Original - fls. 3/3

Na Carta Magna, **ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**, artigo 11, consta que cada Assembleia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta. Em seu parágrafo único, aponta que, promulgada a Constituição do Estado, caberá à Câmara Municipal, no prazo de seis meses, votar a Lei Orgânica respectiva, em dois turnos de discussão e votação, respeitado o disposto na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

Entendendo, portanto, que as Lei Municipais devem estar de acordo com os mandamentos da Constituição Federal, como citado no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, apresentamos esta importante solicitação, cujo atendimento é de suma importância para a área de segurança pública.

Assim sendo, mui respeitosamente recorremos à compreensão e aos préstimos do Excelentíssimo Deputado Federal Gilberto Nascimento e, antecipando agradecimento pela atenção dispensada, subscrevemos.

Sala das Sessões, 13 de março de 2019.



FERNANDO DA ÓTICA ORIGINAL
Vereador - Líder do PSC



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

RC

Tramitado em Sessão

☒ Aprovado

☐ Rejeitado

REQUERIMENTO Nº 78/2019

Assunto: Ao Excelentíssimo Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, solicitando seu empenho no sentido de que os Guardas Civis Municipais sejam contemplados com aposentadoria especial na PEC da Previdência.

REQUEREMOS ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades regimentais, seja oficiado ao Excelentíssimo Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, solicitando seu empenho no sentido de que os Guardas Civis Municipais sejam contemplados com aposentadoria especial na PEC da Previdência.

Vimos respeitosamente, por meio deste documento, solicitar que seja viabilizada a possibilidade de acrescentar as Guardas Municipais, Órgãos de Segurança Pública Municipal, na PEC da Previdência, para aposentadoria especial como atividade de risco, por meio de emenda dos parlamentares.

As Guardas Municipais estão incluídas na Constituição Federal, no Capítulo de Segurança Pública, parágrafo 8º do artigo 144, com regulamentação pela Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 - Estatuto Geral das Guardas Municipais, a qual disciplina as atribuições na garantia da segurança pública e o poder de polícia desses importantes órgãos.

Hoje, as Guardas Municipais também estão no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) como Órgãos Operacionais de Segurança Pública, constituindo-se como dever dos Municípios no que se refere à garantia da segurança.

O parágrafo 7º do artigo 144 da Constituição Federal dispõe que a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. Tal regulamentação também se deu por meio da Lei Federal nº 13.675, de 11 junho de 2018 (SUSP) e do Decreto Federal nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, incluindo os Municípios e as Guardas Municipais no Plano Nacional de Segurança Pública.



Requerimento nº 78/2019 – Vereador Fernando da Ótica Original - fls. 2/3

A atividade policial das Guardas Municipais é de risco, haja vista que a grande maioria desses órgãos, no Brasil, realiza policiamento preventivo, policiamento escolar, Ronda Maria da Penha, fiscalização e policiamento de trânsito municipal, atendimento de ocorrências de perturbação do sossego e prevenção do crime; tendo, ainda, o monopólio do uso moderado da força do Estado, delegado pela Lei Federal nº 13.022/2014, na utilização de arma de fogo e de equipamentos complementares de menor potencial ofensivo no uso moderado da força policial e formação e capacitação profissional específicas para Guardas Municipais em Atividade de Segurança Pública, seguindo a grade curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e obedecendo os requisitos para o cargo de Policial da GCM, diferenciado de outros servidores públicos civis pela complexidade e peculiaridade do cargo de Agente de Segurança Pública Municipal, onde fica exposto ao risco de morte, de lesão física e da dignidade da pessoa humana.

O tamanho risco reflete-se no fato de que os guardas atuam diretamente no confronto contra atos ilícitos e de prevenção ao crime.

As Guardas Municipais foram incluídas no homicídio funcional contra os Agentes de Segurança Pública, com a inserção do inciso VII ao parágrafo 2º do artigo 121 do Código Penal Brasileiro, criando mais uma modalidade qualificada, na hipótese da prática de homicídio contra autoridade ou agente descritos nos artigos 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do Sistema Prisional, da Força Nacional de Segurança Pública e Guardas Municipais, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.

Hoje, aproximadamente, o efetivo das Guardas Municipais em todo Brasil é de 130.000 (cento e trinta mil), perdendo apenas para os efetivos das Polícias Militares que atuam no território nacional.

Os Municípios têm suas previdências de aposentadoria próprias, podendo regulamentar a aposentadoria especial dos integrantes da Segurança Pública Municipal, mas, por questão orçamentária, não regulamentam, sendo muito importante tal regulamentação na Constituição Federal, para garantia da segurança jurídica da categoria.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

RC

Requerimento nº 78/2019 – Vereador Fernando da Ótica Original - fls. 3/3

Na Carta Magna, **ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**, artigo 11, consta que cada Assembleia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta. Em seu parágrafo único, aponta que, promulgada a Constituição do Estado, caberá à Câmara Municipal, no prazo de seis meses, votar a Lei Orgânica respectiva, em dois turnos de discussão e votação, respeitado o disposto na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

Entendendo, portanto, que as Lei Municipais devem estar de acordo com os mandamentos da Constituição Federal, como citado no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, apresentamos esta importante solicitação, cujo atendimento é de suma importância para a área de segurança pública.

Assim sendo, mui respeitosamente recorremos à compreensão e aos préstimos do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal e, antecipando agradecimento pela atenção dispensada, subscrevemos.

Sala das Sessões, 13 de março de 2019.



FERNANDO DA ÓTICA ORIGINAL
Vereador - Líder do PSC



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

RC

Tramitado em Sessão

☒ Aprovado

☐ Rejeitado

REQUERIMENTO Nº 79/2019

Assunto: Ao Excelentíssimo Senador Major Olímpio, solicitando seu empenho no sentido de que os Guardas Civis Municipais sejam contemplados com aposentadoria especial na PEC da Previdência.

REQUEREMOS ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades regimentais, seja oficiado ao Excelentíssimo Senador Major Olímpio solicitando seu empenho no sentido de que os Guardas Civis Municipais sejam contemplados com aposentadoria especial na PEC da Previdência.

Vimos respeitosamente, por meio deste documento, solicitar que seja viabilizada a possibilidade de acrescentar as Guardas Municipais, Órgãos de Segurança Pública Municipal, na PEC da Previdência, para aposentadoria especial como atividade de risco, por meio de emenda dos parlamentares.

As Guardas Municipais estão incluídas na Constituição Federal, no Capítulo de Segurança Pública, parágrafo 8º do artigo 144, com regulamentação pela Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 - Estatuto Geral das Guardas Municipais, a qual disciplina as atribuições na garantia da segurança pública e o poder de polícia desses importantes órgãos.

Hoje, as Guardas Municipais também estão no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) como Órgãos Operacionais de Segurança Pública, constituindo-se como dever dos Municípios no que se refere à garantia da segurança.

O parágrafo 7º do artigo 144 da Constituição Federal dispõe que a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. Tal regulamentação também se deu por meio da Lei Federal nº 13.675, de 11 junho de 2018 (SUSP) e do Decreto Federal nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, incluindo os Municípios e as Guardas Municipais no Plano Nacional de Segurança Pública.



Requerimento nº 79/2019 – Vereador Fernando da Ótica Original - fls. 2/3

A atividade policial das Guardas Municipais é de risco, haja vista que a grande maioria desses órgãos, no Brasil, realiza policiamento preventivo, policiamento escolar, Ronda Maria da Penha, fiscalização e policiamento de trânsito municipal, atendimento de ocorrências de perturbação do sossego e prevenção do crime; tendo, ainda, o monopólio do uso moderado da força do Estado, delegado pela Lei Federal nº 13.022/2014, na utilização de arma de fogo e de equipamentos complementares de menor potencial ofensivo no uso moderado da força policial e formação e capacitação profissional específicas para Guardas Municipais em Atividade de Segurança Pública, seguindo a grade curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e obedecendo os requisitos para o cargo de Policial da GCM, diferenciado de outros servidores públicos civis pela complexidade e peculiaridade do cargo de Agente de Segurança Pública Municipal, onde fica exposto ao risco de morte, de lesão física e da dignidade da pessoa humana.

O tamanho risco reflete-se no fato de que os guardas atuam diretamente no confronto contra atos ilícitos e de prevenção ao crime.

As Guardas Municipais foram incluídas no homicídio funcional contra os Agentes de Segurança Pública, com a inserção do inciso VII ao parágrafo 2º do artigo 121 do Código Penal Brasileiro, criando mais uma modalidade qualificada, na hipótese da prática de homicídio contra autoridade ou agente descritos nos artigos 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do Sistema Prisional, da Força Nacional de Segurança Pública e Guardas Municipais, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.

Hoje, aproximadamente, o efetivo das Guardas Municipais em todo Brasil é de 130.000 (cento e trinta mil), perdendo apenas para os efetivos das Polícias Militares que atuam no território nacional.

Os Municípios têm suas previdências de aposentadoria próprias, podendo regulamentar a aposentadoria especial dos integrantes da Segurança Pública Municipal, mas, por questão orçamentária, não regulamentam, sendo muito importante tal regulamentação na Constituição Federal, para garantia da segurança jurídica da categoria.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

RC

Requerimento nº 79/2019 – Vereador Fernando da Ótica Original - fls. 3/3

Na Carta Magna, **ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**, artigo 11, consta que cada Assembleia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta. Em seu parágrafo único, aponta que, promulgada a Constituição do Estado, caberá à Câmara Municipal, no prazo de seis meses, votar a Lei Orgânica respectiva, em dois turnos de discussão e votação, respeitado o disposto na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

Entendendo, portanto, que as Lei Municipais devem estar de acordo com os mandamentos da Constituição Federal, como citado no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, apresentamos esta importante solicitação, cujo atendimento é de suma importância para a área de segurança pública.

Assim sendo, mui respeitosamente recorremos à compreensão e aos préstimos do Excelentíssimo Senador Major Olímpio e, antecipando agradecimento pela atenção dispensada, subscrevemos.

Sala das Sessões, 13 de março de 2019.



FERNANDO DA ÓTICA ORIGINAL
Vereador - Líder do PSC



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Tramitado em Sessão

☒ Aprovado

☐ Rejeitado

m.

REQUERIMENTO Nº 80/2019

Assunto: Ao Excelentíssimo Senhor Paulo Guedes, Ministro da Economia, solicitando seu empenho no sentido de que os Guardas Cíveis Municipais sejam contemplados com aposentadoria especial na PEC da Previdência.

REQUEREMOS ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades regimentais, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Paulo Guedes, Ministro da Economia, solicitando seu empenho no sentido de que os Guardas Cíveis Municipais sejam contemplados com aposentadoria especial na PEC da Previdência.

Vimos respeitosamente, por meio deste documento, solicitar que seja viabilizada a possibilidade de acrescentar as Guardas Municipais, Órgãos de Segurança Pública Municipal, na PEC da Previdência, para aposentadoria especial como atividade de risco, por meio de emenda dos parlamentares.

As Guardas Municipais estão incluídas na Constituição Federal, no Capítulo de Segurança Pública, parágrafo 8º do artigo 144, com regulamentação pela Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 - Estatuto Geral das Guardas Municipais, a qual disciplina as atribuições na garantia da segurança pública e o poder de polícia desses importantes órgãos.

Hoje, as Guardas Municipais também estão no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) como Órgãos Operacionais de Segurança Pública, constituindo-se como dever dos Municípios no que se refere à garantia da segurança.

O parágrafo 7º do artigo 144 da Constituição Federal dispõe que a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. Tal regulamentação também se deu por meio da Lei Federal nº 13.675, de 11 junho de 2018 (SUSP) e do Decreto Federal nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, incluindo os Municípios e as Guardas Municipais no Plano Nacional de Segurança Pública.



Requerimento nº 80/2019 – Vereador Fernando da Ótica Original - fls. 2/3

A atividade policial das Guardas Municipais é de risco, haja vista que a grande maioria desses órgãos, no Brasil, realiza policiamento preventivo, policiamento escolar, Ronda Maria da Penha, fiscalização e policiamento de trânsito municipal, atendimento de ocorrências de perturbação do sossego e prevenção do crime; tendo, ainda, o monopólio do uso moderado da força do Estado, delegado pela Lei Federal nº 13.022/2014, na utilização de arma de fogo e de equipamentos complementares de menor potencial ofensivo no uso moderado da força policial e formação e capacitação profissional específicas para Guardas Municipais em Atividade de Segurança Pública, seguindo a grade curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e obedecendo os requisitos para o cargo de Policial da GCM, diferenciado de outros servidores públicos civis pela complexidade e peculiaridade do cargo de Agente de Segurança Pública Municipal, onde fica exposto ao risco de morte, de lesão física e da dignidade da pessoa humana.

O tamanho risco reflete-se no fato de que os guardas atuam diretamente no confronto contra atos ilícitos e de prevenção ao crime.

As Guardas Municipais foram incluídas no homicídio funcional contra os Agentes de Segurança Pública, com a inserção do inciso VII ao parágrafo 2º do artigo 121 do Código Penal Brasileiro, criando mais uma modalidade qualificada, na hipótese da prática de homicídio contra autoridade ou agente descritos nos artigos 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do Sistema Prisional, da Força Nacional de Segurança Pública e Guardas Municipais, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.

Hoje, aproximadamente, o efetivo das Guardas Municipais em todo Brasil é de 130.000 (cento e trinta mil), perdendo apenas para os efetivos das Polícias Militares que atuam no território nacional.

Os Municípios têm suas previdências de aposentadoria próprias, podendo regulamentar a aposentadoria especial dos integrantes da Segurança Pública Municipal, mas, por questão orçamentária, não regulamentam, sendo muito importante tal regulamentação na Constituição Federal, para garantia da segurança jurídica da categoria.



Requerimento nº 80/2019 – Vereador Fernando da Ótica Original - fls. 3/3

Na Carta Magna, **ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**, artigo 11, consta que cada Assembleia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta. Em seu parágrafo único, aponta que, promulgada a Constituição do Estado, caberá à Câmara Municipal, no prazo de seis meses, votar a Lei Orgânica respectiva, em dois turnos de discussão e votação, respeitado o disposto na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

Entendendo, portanto, que as Lei Municipais devem estar de acordo com os mandamentos da Constituição Federal, como citado no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, apresentamos esta importante solicitação, cujo atendimento é de suma importância para a área de segurança pública.

Assim sendo, mui respeitosamente recorremos à compreensão e aos préstimos do Excelentíssimo Senhor Paulo Guedes e, antecipando agradecimento pela atenção dispensada, subscrevemos.

Sala das Sessões, 13 de março de 2019.



FERNANDO DA ÓTICA ORIGINAL
Vereador - Líder do PSC



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

FSL

Tramitado em Sessão

INDICAÇÃO Nº 516/2019

Assunto: Solicita capina, limpeza e manutenção geral de praça localizada na Rua dos Miosótis, no Parque Santo Antonio.

INDICAMOS ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jacareí, Izaías José de Santana, sejam tomadas providências cabíveis visando à capina, limpeza e manutenção geral de praça localizada na Rua dos Miosótis, no Parque Santo Antonio.

Trata se de solicitação da Sra. **Fátima Aparecida Rodrigues** e de moradores do entorno, por intermédio deste Vereador.

Os solicitantes mencionados reclamam que há muito tempo o referido local está abandonado por parte da atual Administração. O mato está alto, já quase cobrindo os brinquedos, o que impossibilita que as crianças usufruam dos aparelhos. O risco de ataque de animais peçonhentos, como cobras, aranhas e escorpiões é muito grande. Portanto, se faz necessária urgentemente a realização de capina no local.

Na certeza de recebermos especial atenção ao indicado, subscrevemos agradecidos.

Sala das Sessões, 13 de março de 2019.

FERNANDO DA ÓTICA ORIGINAL
Vereador - Líder do PSC



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

FSL

Tramitado em Sessão

INDICAÇÃO Nº 520/2019

Assunto: Solicita capina e limpeza do terreno público existente na Avenida Papa João XXIII, ao lado do EMEF Prof.^a Delly Gaspar dos Santos, no Conjunto São Benedito.

INDICAMOS ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jacareí, Izaías José de Santana, sejam tomadas providências cabíveis visando à capina e limpeza do terreno público existente na Avenida Papa João XXIII, ao lado do EMEF Prof.^a Delly Gaspar dos Santos, no Conjunto São Benedito.

Trata-se de solicitação do Sr. Donizeti Siqueira e dos demais moradores da referida rua, por intermédio deste Vereador.

O referido terreno oferece riscos não só aos moradores do entorno, mas também aos alunos, professores e demais funcionários da EMEF Prof.^a Delly Gaspar dos Santos visto que ela se encontra próxima à referida área. O terreno com mato alto é propício para a proliferação de animais peçonhentos, como cobras, aranhas e escorpiões.

Sendo assim, os solicitantes pedem, em caráter de urgência, que a Prefeitura Municipal tome as devidas providências quanto à manutenção do terreno.

Na certeza de recebermos especial atenção ao indicado, subscrevemos agradecidos.

Sala das Sessões, 13 de março de 2019.

FERNANDO DA ÓTICA ORIGINAL
Vereador - Líder do PSC



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

RC

Tramitado em Sessão

INDICAÇÃO Nº 522/2019

Assunto: Solicita construção de lombada na Rua dos Ferroviários, no Jardim Mesquita.

INDICO ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jacareí, Izaías José de Santana, sejam tomadas providências cabíveis visando à construção de lombada na Rua dos Ferroviários, no Jardim Mesquita.

Sirvo-me do presente para, mui respeitosamente, solicitar que sejam adotadas medidas necessárias para o atendimento desta indicação, com vistas, também, à colocação de sinalização adequada a respeito do limite de velocidade da referida via.

Trata-se de solicitação do Sr. Rodrigo Machado e de munícipes que moram na Rua Ferroviários, apresentada por intermédio deste Vereador, **Fernando da Ótica Original**.

Os moradores que residem e transitam nessa via sofrem com a imprudência dos motoristas que passam com seus veículos em alta velocidade, colocando em risco a vida de todos que caminham a pé, desde crianças até idosos.

Por conta disso, solicito que seja colocada uma lombada para que os motoristas sejam obrigados a reduzirem a velocidade quando passarem. Somente assim os pedestres poderão andar com tranquilidade.

Certo de contar com a especial atenção do Executivo Municipal no atendimento do presente, aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, 13 de março de 2019.

FERNANDO DA ÓTICA ORIGINAL
Vereador - Líder do PSC



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Tramitado em Sessão

INDICAÇÃO Nº 544/2019

Assunto: Solicita capina e limpeza das calçadas das Ruas José de Paula Abreu e João Porto, no Jardim Bela Vista.

INDICAMOS ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jacareí, Izaías José de Santana, sejam tomadas providências cabíveis visando à execução dos serviços de capina e limpeza das calçadas das Ruas José de Paula Abreu e João Porto, no Jardim Bela Vista.

Trata-se de solicitação da munícipe Gisele Alves Guerra, bem como dos demais moradores do entorno.

Os solicitantes pedem, em caráter de urgência, que se faça a capina e limpeza das calçadas das referidas vias, uma vez que estão tomadas pelo mato e são trajeto diário de muitos moradores.

Salientamos que a Rua João Porto é área de feira livre, e o matagal que invadiu as calçadas está causando transtornos aos feirantes e clientes.

Assim, na certeza de recebermos especial atenção ao indicado, subscrevemos agradecidos.

Sala das Sessões, 13 de março de 2019.

FERNANDO DA ÓTICA ORIGINAL
Vereador - Líder do PSC



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

FSL

Tramitado em Sessão

INDICAÇÃO Nº 545/2019

Assunto: Solicita capina, limpeza e manutenção dos brinquedos existentes no parquinho situado defronte do nº 140 da Rua Henrique da Cunha, no Bairro Cidade Nova Jacareí.

INDICAMOS ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jacareí, Izaías José de Santana, sejam tomadas providências cabíveis visando à capina, limpeza e manutenção dos brinquedos existentes no parquinho situado defronte do nº 140 da Rua Henrique da Cunha, no Bairro Cidade Nova Jacareí.

Trata-se de solicitação do Sr. **Erick Leandro** e de moradores do entorno, por intermédio deste Vereador.

O referido parquinho se encontra numa situação de total abandono e precisando de manutenção urgente, o mato do local se encontra alto e se faz necessário o serviço de capina a fim de evitar o ataque de animais peçonhentos que podem ali se esconder, além de manutenção dos brinquedos devido aos riscos trazidos às crianças.

Na certeza de recebermos especial atenção ao indicado, subscrevemos agradecidos.

Sala das Sessões, 13 de março de 2019.

FERNANDO DA ÓTICA ORIGINAL
Vereador - Líder do PSC



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

SG

Tramitado em Sessão

INDICAÇÃO Nº 546/2019

Assunto: Solicita providências para agilizar o atendimento prestado na UPA Dr. Thelmo de Almeida Cruz.

INDICO ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jacareí, Izaías José de Santana, sejam tomadas providências cabíveis visando providências para agilizar o atendimento prestado na UPA Dr. Thelmo de Almeida Cruz.

Trata-se de pedido dos munícipes que utilizam os serviços do UPA por intermédio deste vereador Fernando da Ótica Original.

Tenho sido procurado constantemente por centenas de pessoas que reclamam da ineficiência do sistema de atendimento do UPA. Foi implantado o Protocolo de Manchester (uso de pulseiras para triagem de atendimento de pacientes), mas infelizmente não está funcionando, pacientes reclamam de casos que demoram até 8 horas para serem atendidos. É necessário otimizar os processos de atendimento, diminuir à grande demanda de pacientes que ficam nas filas correndo risco de piorar seus quadros clínicos e até mesmo virem a óbito por causa dessa demora.

Lembramos que alguns pacientes precisam ser removidos para a Santa Casa e também ficam muito tempo esperando a ambulância.

Na certeza de recebermos especial atenção ao indicado, subscrevo agradecido.

Sala das Sessões, 13 de março de 2019.

FERNANDO DA ÓTICA ORIGINAL
Vereador - Líder do PSC